

## DELIBERAÇÃO

**2.13 - PROCESSO DIVERSOS N.º 520/15 – Requerente: Industrial Exploradora de Granitos de Santo Ovídio, Lda. – Local da obra: Presa – Arcozelo - Presente uma informação técnica a propor a aprovação do Interesse Público Municipal da instalação industrial, com base na alínea a) do n.º 4 do art.º 5 do DL 165/2014, de 05 de novembro.** A Câmara Municipal **deliberou por maioria** com cinco votos a favor e um voto contra do Sr. Vereador Dr. Filipe Viana, considerando a informação técnica prestada, propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da instalação industrial, relativa ao processo diversos n.º 520/15, requerida por **Industrial Exploradora de Granitos de Santo Ovídio, Lda.**, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5 do DL 165/2014 de 05 de novembro. Os Srs. Vereadores Eng.º Manuel Barros e Dr. Filipe Viana apresentaram declarações de voto, que se anexam à presente ata, como documentos números um e dois, respetivamente e que, se consideram como fazendo parte integrante da mesma.

**Reunião de Câmara Municipal de 07 de dezembro de 2015.**

**A CHEFE DE DIVISÃO/DAF,**



---

**Sofia Velho/Dra.**

## DECLARAÇÃO DE VOTO

O Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, criou, com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos ou de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Este regime prevê extraordinariamente a possibilidade de:

- Regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- Alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.

Os pedidos de regularização devem ser apresentados no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do diploma, ou seja, entre 2 de janeiro de 2015 a 2 de janeiro de 2016, e iniciarem-se sempre com a obtenção de **deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal**, emitida pela Assembleia sob proposta da Câmara, conforme o disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014.

Esta medida legislativa do governo cessante é um passo fundamental para as empresas que se encontram na situação referida naquele diploma cumprir um conjunto de requisitos legais que irão contribuir para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, o desempenho ambiental e a competitividade.


Não posso deixar de assinalar negativamente a inexistente ou fraca divulgação desta iniciativa junto dos empresários do concelho. O número reduzido de pedidos registados ficou muito aquém das situações existentes.

**Assim:**

1. Tendo em consideração o disposto na alínea a) do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
2. Tendo em consideração que os pedidos apresentados se referem a estabelecimentos industriais, explorações pecuárias e explorações de pedreiras, que promovem os produtos endógenos, garantindo muitos postos de trabalho e um significativo volume de negócios, conferindo potencial de criação de riqueza e de valorização produtiva local.
3. Tendo em consideração a informação técnica dos serviços municipais que propõe a aprovação do Interesse Público Municipal;

**Voto favoravelmente a aprovação do Interesse Municipal.**

Ponte de Lima, 7 de dezembro de 2015

O Vereador do PPD/PSD,  
  
(Manuel Pereira da Rocha Barros)



## DECLARAÇÃO DE VOTO

FILIPPE VIANA, Vereador eleito na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vem, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito dos pontos 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6; 2.7; 2.8; 2.9; 2.10; 2.11; 2.12; 2.13; 2.14; 2.15 e 2.16. com os fundamentos e considerandos seguintes:

- 1 – Considerando que não lhe foram juntos os respectivos documentos para sustentar a decisão em causa, com violação legal da Lei das Autarquias Locais e dos mais elementares direitos democráticos;
- 2 – Considerando que na reunião de hoje, o ora Vereador não recebeu a respectiva documentação do ponto em causa, uma regra geral no anterior e neste mandato, razão pela qual também o ora Vereador se viu forçado a intentar a competente acção judicial para o efeito;
- 3 – Considerando que a nossa forma de estar implica a envolvimento de todos os agentes autárquicos na realização dum projecto em comum; cfr.: orçamento participativo e participação de ideias;
- 4 – Considerando que a política de falta de hábito democrático continua, numa lógica de imposição e não de diálogo construtivo;
- 5 – Considerando que a nossa Vila de Ponte de Lima, com 890 anos de existência, nos merece o maior respeito pela história dos nossos antepassados, bem como na esteira do princípio da representatividade e do espírito democrático das nossas raízes.

Face ao expendido, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, voto contra.

Ponte de Lima, 7 de Dezembro de 2015,

O Vereador do Movimento 51,

(Filipe Viana)



## D E S P A C H O

**Processo nº:** 520/15      **Data de Entrada:** QUATRO de DEZEMBRO de 2015  
**Requerimento nº:** 5399/15

**Requerente Principal:** INDUSTRIAL EXPLORADORA DE GRANITOS DE SANTO OVIDIO, LDª.

**Localização da Obra:** LUGAR DE FALDEJÃES - ARCOZELO

## I N F O R M A Ç Ã O   T É C N I C A

Vem a empresa "Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda" – Extracção de Granito Ornamental e Rochas Similares, solicitar a emissão de Declaração de Interesse Público Municipal com vista à regularização do estabelecimento industrial de que é proprietária, ao abrigo do regime excepcional aberto pelo Decreto-Lei nº 165/14, de 5 de Novembro.

As instalações da empresa encontram-se localizadas parcialmente em área abrangida pelo Plano de Urbanização das Oficinas de Cantaria das Pedras finas e parcialmente em área classificada pelo PDM como Área Predominantemente Florestal Estruturante. Trata-se de uma instalação industrial de cariz familiar que assegura o sustento às famílias dos 7 trabalhadores que actualmente emprega, desempenhando uma função importante no apoio à construção civil no concelho, ocupando um espaço importante no tecido produtivo e social do concelho, que interessa preservar, pelo que sou de parecer que se trata de uma empresa de interesse público municipal.

À Consideração Superior,

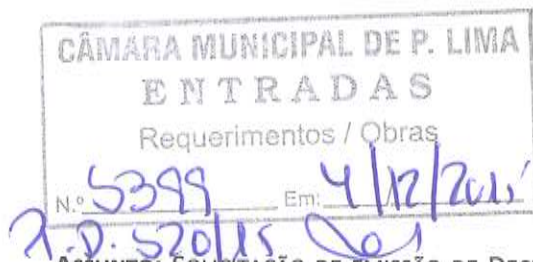
2015/12/04

O Técnico

  
(NUNO LABOREIRO MEIRA DE AMORIM)

amorim

Industrial Exploradora de Granitos de Santo Ovídio, Lda  
Faldejães – Arcozelo  
4990-240 Ponte de Lima



Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima  
Praça da República  
4990-062 PONTE DE LIMA

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL LOCALIZADO NO LUGAR DA PRESA, FREGUESIA DE ARCOZELO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ART.º 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO

Exmo. Senhor Presidente,

A empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. – Extração de Granito Ornamental e Rochas Similares, com o NIF 500647011, código da certidão permanente 0128-5622-4329, cujo representante legal é Fernando Gonçalves Pereira, portador do cartão de cidadão n.º 03 71 76 48 0228, válido até 28-11-18 com o contato telefónico n.º 258941055 e n.º de telemóvel 926606269, com sede em Faldejães, Arcozelo, 4990-240 Ponte de Lima e estabelecimento industrial de serragem, corte, acabamentos e cantarias de granitos e outras rochas n.e., na Freguesia de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima, vem solicitar a V.ª Exa. a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial, com o código de atividade económica: CAE 23703 – Fabricação de Artigos de Granito e de Rochas, n.e., no âmbito da aplicação, com carácter extraordinário, do regime de regularização e de alteração e/ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

A empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. emprega atualmente **7 trabalhadores**, com uma **faturação média dos últimos anos da ordem dos 100.000€, cerca de 20% foi para o mercado externo europeu – França e Espanha**. Atendendo, às obras em curso prevê a criação de mais 2 postos de trabalho e um aumento gradual da produção e respetiva faturação para 2015.

A empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. foi criada em 1977, é uma empresa de cariz familiar que sempre esteve ligada à exploração de rocha natural, em especial o Granito, sua transformação em Placas para pavimentos, placas para revestimentos, degraus, peitoris, cornijas, padieiras, colunas, esculturas, perpianho, cubos, calcada à portuguesa e rachão. Com uma produção anual média de cerca de 600 toneladas, o seu destino é sobretudo o pequeno empreiteiro da região que aplica os produtos acabados em obras de construção civil nas redondezas.

A atenção e dedicação a estes clientes traduziu-se e traduz-se numa procura contínua da satisfação dos seus desejos, necessidades e expectativas.

Para a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho diretos é fundamental a regularização da indústria, pois caso contrário não consegue honrar com os prazos de fornecimento de pedra aos seus clientes.

A deslocalização para o Pólo Industrial torna-se inviável devido aos custos avultados no desmantelamento do estabelecimento industrial e posteriores encargos de exploração da unidade.

Com efeito, a empresa apresentou já um pedido de regularização do estabelecimento industrial, no âmbito do Art.º n.º 69 do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro. Desse pedido foi constituído um grupo de trabalho em que foram nomeados: um representante da Câmara Municipal de Ponte de Lima, um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e um representante da Direção Regional de Economia do Norte e após a análise desse pedido pelo referido Grupo de Trabalho, a decisão foi a que passamos a transcrever “ De acordo com o Ponto 6 do Art.º 73º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro, o Grupo de Trabalho propõe que o pedido seja diferido, na condição do Pólo Industrial do Granito – Plano de Urbanização das Pedras Finas, vir a aprovado e incluir o estabelecimento industrial.”

Contudo, da área licenciada condicionalmente, apenas foi incluída no Pólo a área de Baldio, tendo sido excluída a área particular da empresa.

No sentido de solucionar esta situação, a empresa solicitou que toda a área fosse compatível com a indústria existente, tendo sido anuído por parte da Câmara Municipal que na próxima revisão do PDM de Ponte de Lima seria efetuada a devida compatibilização do espaço com a atividade industrial.

No entanto, atendendo à morosidade de um processo de revisão de PDM, a Industrial Exploradora de Granitos de Sto. Ovídeo viu uma oportunidade de regularizar de vez a situação precária do seu licenciamento industrial e Licença de Obras e de Utilização no Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro.

É importante referir que apesar de ser uma pequena empresa, todo o produto transformado na unidade transformadora **é vendido e aplicado nas obras de construção civil e obras públicas no concelho de Ponte de Lima e dos municípios limítrofes, uma mais-valia que fica no concelho onde se insere.**

A área total a regularizar encontra-se representada nas plantas anexas.

Numa altura, em que a maioria das indústrias do setor da pedra naturais se encontra com dificuldades no escoamento dos materiais produzidos, a empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. pretende dar continuidade aos processos de licenciamento, regularizando a situação existente, pelo que um dos documentos a apresentar ao abrigo do art.º 5, da “Lei das Regularizações” é a certidão da deliberação fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da unidade industrial, localizada na Presa.



A regularização e posterior licenciamento do estabelecimento industrial, permitirá melhorar a estrutura da empresa tal qual, e **conservar todos os postos de trabalho atuais ou aumentar até os postos de trabalho com mão-de-obra local**, potenciando assim os recursos endógenos da região, no contexto socioeconómico.

De referir, que a empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. tem, ao longo dos últimos anos **contribuído para o desenvolvimento da região onde se insere**, através das próprias capacidades e competências técnicas instaladas, **mais valias que fez questão de manter no concelho de Ponte de Lima**.

Atendendo ao exposto, solicita-se uma vez mais a V/Exa a emissão da DIPM para a regularização da industria existente, pois com efeito **toda a atividade desenvolvida e a desenvolver promoverá e fomentará o progresso do Concelho, quer diretamente quer indiretamente**, como por exemplo através do consumo do comércio e serviços do Concelho, nomeadamente no que se refere a: **mão-de-obra da região; reparação e assistência ao equipamento; aquisição de óleos, combustíveis, ferramentas, etc., utilização da indústria hoteleira e restauração da zona, entre outros**.

Torna-se relevante lembrar que o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro tem como objetivo “a criação de um contexto favorável ao investimento” que é fundamental para o desenvolvimento do País, e que “...dele depende o crescimento económico sustentável, incluindo a dinamização do investimento privado e do emprego”, para tal é importante que as atividades industriais possam ser avaliadas e regularizadas no sentido de promover o tão almejado desenvolvimento económico-social-ambiental sustentável, como é o caso da unidade industrial, da empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. localizada no lugar da Presa, na freguesia de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima e distrito de Viana do Castelo.

Para apreciação do pedido remete-se a V/Exa os anexos seguintes: licença anteriormente emitida, levantamento topográfico, planta com a localização das construções efetuadas e outras áreas funcionais já intervencionadas, extratos das plantas do PDM de Ponte de Lima.

Arcozelo, 04 de Dezembro de 2015

A Gerência

(Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda.)



Industrial Exploradora de Granitos de Santo Ovídio, Lda  
Faldejães – Arcozelo  
4990-240 Ponte de Lima

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima  
Praça da República  
4990-062 PONTE DE LIMA

**ASSUNTO:** SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL LOCALIZADO NO LUGAR DA PRESA, FREGUESIA DE ARCOZELO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ART.º 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO

Exmo. Senhor Presidente,

A empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. – Extração de Granito Ornamental e Rochas Similares, com o NIF 500647011, código da certidão permanente 0128-5622-4329, cujo representante legal é Fernando Gonçalves Pereira, portador do cartão de cidadão n.º , válido até com o contato telefónico n.º 258941055 e n.º de telemóvel 926606269, com sede em Faldejães, Arcozelo, 4990-240 Ponte de Lima e estabelecimento industrial de serragem , corte, acabamentos e cantarias de granitos e outras rochas n.e., na Freguesia de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima, vem solicitar a V.ª Exa. a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial, com o código de atividade económica: CAE 23703 – Fabricação de Artigos de Granito e de Rochas, n.e., no âmbito da aplicação, com carácter extraordinário, do regime de regularização e de alteração e/ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

A empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. emprega atualmente **7 trabalhadores**, com uma **faturação média dos últimos anos da ordem dos 100.000€, cerca de 20% foi para o mercado externo europeu – França e Espanha**. Atendendo, às obras em curso prevê a criação de mais 2 postos de trabalho e um aumento gradual da produção e respetiva faturação para 2015.

A empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. foi criada em 1977, é uma empresa de cariz familiar que sempre esteve ligada à exploração de rocha natural, em especial o Granito, sua transformação em Placas para pavimentos, placas para revestimentos, degraus, peitoris, cornijas, padieiras, colunas, esculturas, perpianho, cubos, calcada à portuguesa e rachão. Com uma produção anual média de cerca de 600 toneladas, o seu destino é sobretudo o pequeno empreiteiro da região que aplica os produtos acabados em obras de construção civil nas redondezas.

A atenção e dedicação a estes clientes traduziu-se e traduz-se numa procura contínua da satisfação dos seus desejos, necessidades e expectativas.

Para a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho diretos é fundamental a regularização da indústria, pois caso contrário não consegue honrar com os prazos de fornecimento de pedra aos seus clientes.

A deslocalização para o Pólo Industrial torna-se inviável devido aos custos avultados no desmantelamento do estabelecimento industrial e posteriores encargos de exploração da unidade.

Com efeito, a empresa apresentou já um pedido de regularização do estabelecimento industrial, no âmbito do Art.º n.º 69 do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro. Desse pedido foi constituído um grupo de trabalho em que foram nomeados: um representante da Câmara Municipal de Ponte de Lima, um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e um representante da Direção Regional de Economia do Norte e após a análise desse pedido pelo referido Grupo de Trabalho, a decisão foi a que passamos a transcrever “ De acordo com o Ponto 6 do Art.º 73º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro, o Grupo de Trabalho propõe que o pedido seja diferido, na condição do Pólo Industrial do Granito – Plano de Urbanização das Pedras Finas, vir a aprovado e incluir o estabelecimento industrial.”

Contudo, da área licenciada condicionalmente, apenas foi incluída no Pólo a área de Baldio, tendo sido excluída a área particular da empresa.

No sentido de solucionar esta situação, a empresa solicitou que toda a área fosse compatível com a indústria existente, tendo sido anuído por parte da Câmara Municipal que na próxima revisão do PDM de Ponte de Lima seria efetuada a devida compatibilização do espaço com a atividade industrial.

No entanto, atendendo à morosidade de um processo de revisão de PDM, a Industrial Exploradora de Granitos de Sto. Ovídeo viu uma oportunidade de regularizar de vez a situação precária do seu licenciamento industrial e Licença de Obras e de Utilização no Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro.

É importante referir que apesar de ser uma pequena empresa, todo o produto transformado na unidade transformadora **é vendido e aplicado nas obras de construção civil e obras públicas no concelho de Ponte de Lima e dos municípios limítrofes, uma mais-valia que fica no concelho onde se insere.**

A área total a regularizar encontra-se representada nas plantas anexas.

Numa altura, em que a maioria das indústrias do setor da pedra naturais se encontra com dificuldades no escoamento dos materiais produzidos, a empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. pretende dar continuidade aos processos de licenciamento, regularizando a situação existente, pelo que um dos documentos a apresentar ao abrigo do art.º 5, da “Lei das Regularizações” é a certidão da deliberação fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da unidade industrial, localizada na Presa.

A regularização e posterior licenciamento do estabelecimento industrial, permitirá melhorar a estrutura da empresa tal qual, e **conservar todos os postos de trabalho atuais ou aumentar até os postos de trabalho com mão-de-obra local**, potenciando assim os recursos endógenos da região, no contexto socioeconómico.

De referir, que a empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. tem, ao longo dos últimos anos **contribuído para o desenvolvimento da região onde se insere**, através das próprias capacidades e competências técnicas instaladas, **mais valias que fez questão de manter no concelho de Ponte de Lima**.

Atendendo ao exposto, solicita-se uma vez mais a V/Exa a emissão da DIPM para a regularização da industria existente, pois com efeito **toda a atividade desenvolvida e a desenvolver promoverá e fomentará o progresso do Concelho, quer diretamente quer indiretamente**, como por exemplo através do consumo do comércio e serviços do Concelho, nomeadamente no que se refere a: **mão-de-obra da região; reparação e assistência ao equipamento; aquisição de óleos, combustíveis, ferramentas, etc., utilização da indústria hoteleira e restauração da zona, entre outros**.

Torna-se relevante lembrar que o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro tem como objetivo “a criação de um contexto favorável ao investimento” que é fundamental para o desenvolvimento do País, e que “...dele depende o crescimento económico sustentável, incluindo a dinamização do investimento privado e do emprego”, para tal é importante que as atividades industriais possam ser avaliadas e regularizadas no sentido de promover o tão almejado desenvolvimento económico-social-ambiental sustentável, como é o caso da unidade industrial, da empresa Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda. localizada no lugar da Presa, na freguesia de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima e distrito de Viana do Castelo.

Para apreciação do pedido remete-se a V/Exa os anexos seguintes: licença anteriormente emitida, levantamento topográfico, planta com a localização das construções efetuadas e outras áreas funcionais já intervencionadas, extratos das plantas do PDM de Ponte de Lima.

Arcozelo, 04 de Dezembro de 2015

A Gerência

(Industrial Exploradora de Granito de Santo Ovídio, Lda.)



REPÚBLICA PORTUGUESA / PORTUGALSKO KRAJEVJE

1500	Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	MOGUL (L) STAGE	CAVITY (P) (C) (S) (I)
1500	1500	1500 (S) (L) (I)	1500 (S) (L) (I) (S)

1.º DOCUMENTO DOCUMENTO  
2.º ID CIVIL CIVIL ID

03717648 0 ZZB 18 11 2018

ASSOCIATION OF THEORETICAL PHYSICISTS

For by

PHILLIPS, J. C. 1980. *Phytol.* 10: 1-12.

ARTUR JOSÉ PEREIRA \* VENÂNCIA PEREIRA GONÇALVES

004 003.71

155118848

11141324981

194182504

I<PRT037176480<ZZ88<<<<<<<<<  
5805314M181118OPRT<<<<<<<<<4  
GONCALVES<PEREIRA<<FERNANDO<<



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Direcção Regional da Economia do Norte

**PROPOSTA DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE O  
PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DE  
ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL**

Processo n.º 164/2010

Requerente: Industrial Exploradora de Granitos de Sto Ovídio, Lda

NIPC: 500 647 011

Localização: Alvariza – Arcozelo – Ponte de Lima

Actividade: Fabricação de artigos em granito e de rochas, n.e.

C.A.E.: 23703

Tipo: 2

Potência Contratada: 114,62 kVA

Potência Térmica: KJ/h

Número de trabalhadores: 5+2

*mf*  
*Paula*

<p>PROPOSTA A HOMOLOGAÇÃO DA PRAZOS DE DECISÃO DO GRUPO DE TRABALHO NAS CONDIÇÕES CONFORMES DA INFORMAÇÃO. A CONSIDERAÇÃO SUPERIOR.</p> <p><u>22/4/2010</u> FMM</p> <p>Filipe Manuel Andrade Castro Soutinho (Director de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos)</p>	<p><i>Homologo</i></p> <p><u>23/04/2010</u> <i>[Signature]</i></p> <p>Manuel Humberto Gonçalves Moura (Director Regional da Economia do Norte)</p>
--	--



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

### Direcção Regional da Economia do Norte

1. Na sequência da apresentação do pedido de regularização, no âmbito do Artº nº 69º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro do estabelecimento industrial, foi o grupo de trabalho, previsto no Artº. 70º do citado diploma legal, constituído pelos representantes seguintes:

- Câmara Municipal de Ponte de Lima – Engº Rogério Oliveira Pereira
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – Engª Andreia Maia
- Direcção Regional de Economia do Norte (entidade coordenadora) – Engº Paulo Pita

2 – O grupo de trabalho reuniu e visitou o local em 2010-04-14

### 3 – ANÁLISE DO PEDIDO

Da análise do pedido pelo grupo de trabalho expõe-se o seguinte:

A construção existente, em termos de licenciamento municipal, não se encontra em situação regular, relativamente ao processo existente na Câmara.

Na visita ao local verificou-se que as construções existentes não se encontram de acordo com o Regulamento do PDM, situando-se em zona classificada parcialmente em Reserva Ecológica Nacional e em Regime Florestal.

Durante a visita o grupo de trabalho verificou a existência de uma linha de água, que atravessa o terreno do estabelecimento industrial em análise.

### 4 – PROPOSTA DE DECISÃO

Atendendo a que

- Se encontra em curso a construção do Pólo Industrial do Granito – Plano de Urbanização das Pedras Finas no qual, como acima foi referido, poderá vir a englobar o estabelecimento industrial
- O estabelecimento industrial se encontra a laborar no local há vários anos

De acordo com o ponto 6 do Artº. 73º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro, o grupo de trabalho propõe que o pedido **seja deferido**, na condição do **Pólo Industrial do Granito – Plano de Urbanização das Pedras Finas**, vir a ser





## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

### Direcção Regional da Economia do Norte

aprovado e incluir o estabelecimento industrial. Nessa altura deve apresentar a actualização do licenciamento industrial e o pedido de licenciamento municipal para o estabelecimento.

No caso do referido Plano não prever a localização do estabelecimento industrial este deverá proceder à recuperação ambiental das áreas actualmente ocupadas e classificadas como pertencendo à Reserva Ecológica Nacional.

No que respeita à linha de água o grupo de trabalho propõe que a regularização desta situação seja feita na análise de inclusão do estabelecimento industrial no Plano de Urbanização das Pedras Finas.

Deve, no entanto, o requerente dar cumprimento às condições seguintes, no prazo de 6 meses, a verificar na vistoria:

1. Deve ser apresentada a planta do estabelecimento industrial, com a implantação dos equipamentos, em escala não inferior a 1/500.
2. Devem ser instaladas estruturas contendo as instalações sanitárias e de vestiário.
3. Deve ser visível em pontos convenientes, a sinalização de segurança adequada aos riscos inerentes aos postos de trabalho.
4. Os operários devem dispor e usar o equipamento de protecção individual adequado às operações industriais que executam.
5. Dotar os equipamentos de dispositivos de aspiração de poeiras, no acabamento da pedra. O acabamento por jacto de areia deve ser dotado de condições adequadas, devendo o trabalhador usar o equipamento de protecção individual.
6. Nas vias de circulação deve haver regas frequentes ou ser implementado um sistema de aspersão de água, de forma a minimizar a formação e a propagação de poeiras, em tempo seco.
7. Deve haver água potável para os trabalhadores beberem, fornecida em condições higiénicas, em quantidade suficiente e em local acessível.
8. Os recipientes do óleo devem ser colocados em local adequado, estanque, com tinas de retenção e recolha, de modo a evitar derrames para o solo.
9. As águas residuais industriais, resultantes do funcionamento das serras de corte, devem ser encaminhadas de forma adequada para os tanques decantadores, de modo a que não sejam descarregadas para o terreno

M  
*[Handwritten signature]*



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

### Direcção Regional da Economia do Norte

situado na parte inferior. Os tanques devem ser dotados de vedação adequada, de modo a evitar eventuais quedas.

10. Deverá ser dado cumprimento às disposições do Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5/9. Deverão ser preenchidos anualmente os mapas de registo de resíduos industriais, nos termos da Portaria n.º 1408/2006 de 18 de Novembro (SIRAPA) e Portaria nº 249-B/2008 de 31 de Março.
11. A classificação de resíduos deverá ser efectuada de acordo com o Lista Europeia de Resíduos (LER), publicada na Portaria n.º 209/2004 de 3 de Março.
12. O transporte de resíduos deverá ser efectuado com as guias de acompanhamento de resíduos (GAR), de acordo com o disposto na Portaria nº 335/97 de 16 de Maio.
13. A armazenagem de resíduos na empresa, nomeadamente as lamas, até à sua recolha e envio para destinos finais, deverá ser efectuada em local adequado, com indicação do respectivo código LER.
14. Cumprimento das disposições do Regulamento Geral do Ruído de acordo com o Decreto-Lei nº 9/2007 de 17 de Janeiro.
15. Deve ser efectuada a avaliação da exposição individual dos trabalhadores ao ruído, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 9/92 de 28 de Abril..
16. Deve ser efectuada a avaliação dos valores de poeiras respiráveis e totais dos locais de trabalho, para verificação das concentrações nocivas.

#### O Grupo de Trabalho,

C.M. DE Ponte de Lima - Engº Rogério Oliveira Pereira

C. C.D.R.N - Engº Andreia Maia

DREN - Engº Paulo Pita